ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS SABERES QUILOMBOLAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO QUILOMBO DO ABACATAL/PA, DIANTE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS CONTEMPORÂNEOS

Ana Luiza da Silva Lopes [1]
Giovanna Baia de Castro Palha [2]
Sarah Letícia do Nascimento Farias [3]
Viviane Corrêa Santos [4]

INTRODUÇÃO

O presente trabalho sintetiza uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa desenvolvida no âmbito do projeto de curricularização Expociência da Licenciatura em Pedagogia da UEPA, cujo objetivo foi promover com crianças e adolescentes uma reflexão crítica sobre os impactos socioambientais no Quilombo do Abacatal, dialogando entre saberes escolares e tradicionais e valorizando a cultura afro-brasileira e quilombola. O referencial teórico-metodológico fundamentou-se em princípios da educação ambiental crítica, do combate ao racismo ambiental e da articulação entre saberes da realidade local com autores como Paulo Freire, Kabengele Munanga e José Luiz Sirotheau, por meio de encontros com rodas de conversa, uso de mapas, exposição dialogada, oficinas, jogos educativos e manifestações culturais. Os principais resultados apontaram que, apesar da desfamiliarização inicial dos participantes com a temática territorial, as atividades lúdicas e interativas estimularam o pensamento crítico sobre os reflexos de obras de infraestrutura, como a Avenida Liberdade, na preservação

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, ana.lds.lopes@alunouepa.br;
[2] Graduanda pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, castrogiovanna618@gmail.com;
[3] Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, sarah.farias@aluno.uepa;
[4] Doutora em Geografia da Universidade do Estado do Pará - UEPA, viane.santos@uepa.br

ISSN: 2358-8829

ambiental e na vida das comunidades tradicionais, fortalecendo a identidade cultural, a ancestralidade e a conexão entre escola, comunidade e território.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-ação de abordagem qualitativa, desenvolvida no projeto de curricularização Expociência (Licenciatura em Pedagogia/UEPA), com etapa inicial de pesquisa bibliográfica. As ações ocorreram em dois encontros, nos dias 31/10 e 22/11, no Conjunto Júlia Seffer, bairro de Águas Lindas: o primeiro em um espaço de reforço escolar e o segundo no CEU das Artes, com cerca de 30 crianças e adolescentes de 6 a 14 anos (número menor no segundo dia).

As atividades incluíram acolhida e roda de conversa para levantar conhecimentos prévios; exposição dialogada sobre educação ambiental, quilombos e a história do Abacatal; discussão dos impactos da Avenida Liberdade com apoio de mapas e maquete; desenhos sobre as percepções do tema; a oficina “Saberes Ambientais e Mãos na Massa”, com construção coletiva de um mural; o jogo de cartas “Saberes e Desafios”; e um momento cultural com roda de capoeira e apresentação de carimbó. Imprevistos no primeiro dia (ausência da maquete, número de participantes acima do previsto, falta de material e tempo reduzido) exigiram adaptações, como o uso de mapas e a realização apenas do desenho de concepção final.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ambiental dirigida a comunidades tradicionais, como o Quilombo do Abacatal, deve considerar que os efeitos das mudanças ambientais não se distribuem de forma igualitária, atingindo de modo diferenciado os grupos historicamente marginalizados. Nesse sentido, a educação ambiental crítica se coloca como instrumento político de enfrentamento ao racismo ambiental, o qual se expressa na destinação desigual de riscos, vulnerabilidades e degradações socioambientais a populações negras, indígenas e periféricas.

Bortolon e Mendes (2014), destacam que a educação ambiental não pode restringir-se à dimensão ecológica, devendo promover práticas capazes de transformar

ISSN: 2358-8829

as condições sociais que produzem o desequilíbrio ambiental. É nesta concepção pedagógica que se inserem o presente projeto, ao propor percursos de aprendizagem com alunos dos anos iniciais e simultaneamente compartilhados a adolescentes que articulem saber científico e conhecimento quilombola para interpretar criticamente a realidade social.

A inserção da problemática do Abacatal evidencia um vínculo direto entre educação ambiental e o direito ao território. A construção da Avenida Liberdade, ao modificar o espaço geográfico e gerar impactos como desmatamento, poluição hídrica, fragmentação de habitats e o desequilíbrio dos fluxos naturais, constitui um caso emblemático de disputa territorial.

Para Lefebvre (2010), o espaço urbano deve ser entendido como produto social, fruto das contradições de poder entre aqueles que produzem a cidade e as populações que ocupam. Assim, quando obras viárias avançam sobre territórios quilombolas sem consulta comunitária e sem respeito ao modo de vida local, configura-se violação do "direito à cidade" e, consequentemente, de direitos humanos. Complementarmente, Santos (2007) afirma que o espaço é campo de conflito onde diferentes racionalidades coexistem, sendo historicamente submetidas à lógica mercantil e ao projeto de desenvolvimento urbano, que prioriza o lucro e ignora as especificidades culturais e ambientais das populações tradicionais.

Dessa forma, a construção de um pensamento crítico sobre o Abacatal exige reconhecer que o território quilombola transcende a dimensão geográfica. Munanga (2012) reforça que o território, para as comunidades afrodescendentes, é constituído como lugar de memória, ancestralidade e transmissão cultural. É considerado " casa coletiva", espaço espiritual, produtivo e identitário, o qual se preservam conhecimentos sobre manejo da terra, plantas medicinais, recursos hídricos e técnicas sustentáveis transmitidas por gerações. Nessa perspectiva, destruir, desmatar ou poluir o território equivale não apenas a um dano ambiental, mas a uma agressão cultural e histórica, pois afeta a continuidade da identidade coletiva e a autonomia sociopolítica da comunidade.

Em complemento, Marques (2019) defende que a identidade quilombola não deve ser reduzida a marcadores fenotípicos ou narrativas folclorizantes, mas entendida como um processo dinâmico vinculado a práticas sociais, resistências históricas e saberes ambientais. Assim, a identidade do Abacatal está diretamente ligada ao cultivo tradicional, às técnicas de plantio, ao respeito aos ciclos naturais e às crenças associadas

ISSN: 2358-8829

à terra e proteção da natureza. Esses saberes constituem o que se denomina epistemologias afro-ambientais, que contrastam com o modelo de exploração predatória aplicado pelo desenvolvimento urbano moderno. Reconhecer essas epistemologias significa romper com o modelo eurocêntrico de ciência e admitir que conhecimentos quilombolas também são tecnologias ambientais sustentáveis.

Essa inversão epistêmica encontra fundamentação na Lei n° 10.639/2003 e na lei n° 11.645/2008, que determinam a obrigatoriedade da temática da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Tal legislação não apenas exige inclusão temática, mas denuncia historicamente o silenciamento de contribuições africanas e indígenas nos espaços educacionais. Segundo Akotirene (2019), políticas de reconhecimento, como essas leis, combatem os mecanismos estruturais de marginalização que submetem os grupos racializados às desigualdades sociais e epistêmicas. Portanto, inserir os saberes do Abacatal nas práticas pedagógicas significa combater o apagamento cultural e fortalecer o direito ao conhecimento produzido pelas comunidades negras.

A Lei nº 9.795/1999, atualizada pela Lei nº 14.926/2024, acrescenta a necessidade de abordar vulnerabilidades socioambientais na educação, o que inclui riscos climáticos, desastres e impactos das obras de infraestrutura. Quando essas normativas são aplicadas ao contexto do Abacatal, revelam que a educação ambiental deve preparar crianças para compreender os fatores sociais que determinam quem sofre os piores efeitos das mudanças ambientais. No caso do Abacatal, a construção da Avenida Liberdade demonstra como o modelo de desenvolvimento urbano, associado ao capital imobiliário, coloca comunidades tradicionais em situação de exposição ambiental e perda territorial, configurando racismo ambiental.(Brasil, 1999; Brasil, 2024).

Essa compreensão fundamenta a proposta pedagógica deste projeto. Ao utilizar práticas como contação de histórias, maquetes, jogos e murais, a escola se torna espaço de análise crítica das relações entre natureza, cultura e poder. Assim, o diálogo entre saberes tradicionais e científicos não é apenas metodológico, mas político, pois afirma que o conhecimento quilombola é ciência legítima e que as crianças são sujeitos capazes de defender seu território e suas ancestralidades. Portanto, a educação ambiental crítica aplicada ao Quilombo do Abacatal é instrumento de resistência coletiva, valorização cultural e defesa da Amazônia como patrimônio vivo, as comunidades tradicionais e o meio ambiente são inseparáveis.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contato inicial, observou-se que muitos alunos apresentavam dificuldade em responder às perguntas, evidenciando pouca familiaridade com práticas de diálogo, escuta e reflexões sobre território, quilombolas e educação ambiental. A observação da maquete contribuiu para que os alunos compreendessem melhor o território quilombola e seus desafios socioambientais .

Figura 1- Observação das maquetes



Fonte:Autores, 2025

Ainda assim, algumas falas se destacaram, como a associação entre educação ambiental e consumo consciente “quando na televisão passa pra gente comprar alguma coisa e nós não compramos porque não precisamos daquilo”, revelando que, mesmo com conhecimentos ainda incipientes, as crianças já possuem noções iniciais sobre responsabilidade ambiental. Esse processo confirma a concepção de Freire (1996), ao defender que o conhecimento deve partir da realidade dos sujeitos e de seus saberes prévios, favorecendo a construção de uma consciência crítica.

Em seguida, na aplicação do jogo “Saberes e Desafios” foi observado maior interesse dos alunos, permitindo que compreendessem de forma lúdica os problemas enfrentados pelos quilombos, como o assoreamento de rios, a perda da fauna e da flora e os impactos das transformações no território (figura 2). As respostas das crianças demonstraram entendimento sobre como esses desafios afetam diretamente a vida das comunidades quilombolas, especialmente no que se refere à sobrevivência e ao trabalho. De acordo com Sirotheau (2012), esses impactos socioterritoriais alteram profundamente os modos de vida e as relações com o território.

ISSN: 2358-8829

Figura 2- Alunos aprendendo sobre o jogo ‘‘saberes e desafios’’



Fonte: Autores, 2025

A produção dos desenhos e a construção coletiva do mural evidenciaram engajamento, interesse e assimilação dos conteúdos. Muitas crianças representaram a floresta como espaço preservado pelos povos quilombolas, demonstrando compreensão sobre o papel desses territórios na proteção ambiental . Esse resultado reforça o que Sirotheau (2012) aponta sobre os quilombos enquanto espaços de resistência, preservação ambiental e reprodução dos modos de vida tradicionais.

Figura 3 - Montagem do mural



Fonte: Autores, 2025

O momento cultural, com a roda de capoeira conduzida pelo Mestre El Bodinho e a apresentação de carimbó realizada por Mano Ió e Morena Cor de Jambo, promoveu intensa participação das crianças, que dançaram, interagiram e fizeram perguntas. Essas atividades contribuíram para o fortalecimento da identidade cultural e da relação com a ancestralidade afro-amazônica. Segundo Sirotheau (2012), às manifestações culturais são elementos fundamentais para a manutenção da identidade quilombola, pois articulam memória, resistência e pertencimento territorial.

ISSN: 2358-8829

De modo geral, os resultados demonstram que a integração entre educação ambiental, cultura e identidade territorial possibilita ampliar o olhar crítico das crianças sobre os territórios quilombolas, fortalecendo o respeito às comunidades tradicionais e a consciência socioambiental, conforme defendem Freire (1996) e Sirotheau (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse projeto permitiu evidenciar a potência do diálogo entre os conhecimentos escolares e os conhecimentos tradicionais como estratégia para fortalecer a compreensão das crianças sobre território, cultura e meio ambiente. As atividades realizadas demonstraram que, apesar do desconhecimento inicial sobre o que são quilombos e sobre a localização do Quilombo do Abacatal, os participantes apresentaram grande abertura para aprender e refletir sobre problemáticas socioambientais que afetam comunidades tradicionais.

Os encontros permitiram observar que a educação ambiental, fundamentada nos autores estudados, possibilita compreender que os impactos ambientais não se distribuem de forma igualitária, recaindo com maior força sobre grupos historicamente marginalizados. A discussão sobre a construção da Avenida Liberdade foi essencial para que os estudantes reconhecessem como decisões políticas e urbanísticas podem violar direitos territoriais, configurando situações de racismo ambiental. Mesmo com imprevistos, as adaptações realizadas garantiram que os objetivos pedagógicos fossem alcançados, principalmente por meio do uso de mapas, imagens, maquetes e rodas de conversa.

Ao final das atividades, as crianças desmontaram maior compreensão sobre a identidade quilombola, os impactos ambientais vivenciados pelo abacatal e a importância dos saberes tradicionais para a proteção da natureza. Os desenhos finais, as falas espontâneas e o envolvimento das discussões revelaram ampliação do olhar crítico e o fortalecimento do sentimento de pertencimento territorial. O projeto também confirmou que práticas educativas baseadas no diálogo, na escuta e na valorização cultural contribuem para combater o apagamento histórico e fortalecer o vínculo entre escola, comunidade e território.

Em síntese, o projeto alcançou seu propósito ao articular educação ambiental, identidade quilombola e direito ao território. Promovendo aprendizagens que

contribuem para a formação de sujeitos sensíveis às questões socioambientais. Espera-se que ações como esta sejam ampliadas, consolidando a escola como espaço de resistência, valorização cultural e construção coletiva de um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia e para as comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Educação ambiental; Quilombo do Abacatal; Saberes tradicionais; Racismo ambiental; Avenida Liberdade.

REFERÊNCIAS

BORTOLON, Brenda; MENDES, Marisa Schmitt Siqueira. **A importância da educação ambiental para o alcance da sustentabilidade.** Revista Eletrônica de Iniciação Científica, Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI, v. 5, n. 1, p. 118-136, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 25 nov. 2025

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 25 nov. 2025

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 nov. 2025

_____. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. **Altera a Lei nº 9.795/1999 para assegurar atenção às mudanças do clima, proteção da biodiversidade e riscos e**

vulnerabilidades socioambientais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14926-17-julho-2024-795975-norm. Acesso em: 25 nov. 2025

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Território e territorialidade como fatores constitutivos das identidades comunitárias no Brasil: caso das comunidades quilombolas.** In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (orgs.). **Patrimônio cultural: territórios e identidades.** Florianópolis: Atilènde, 2012. p. 15-21.

SIROTHEAU, José Luiz Terceros. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade de Abacatal (Pará).** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.